



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

PORTARIA 5ªCCR/MPF Nº 04, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2025.

Prorroga as atividades do Grupo de Trabalho ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO, define as atribuições do grupo e indica nova composição.

O COORDENADOR DA 5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e no exercício de suas atribuições conferidas pela Portaria PGR/MPF 517, de 07 de junho de 2024 (PGR-00213643/2024),

CONSIDERANDO a Resolução 189, de 6 de novembro de 2018, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que trata do Regimento Interno da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO a Portaria 5ª CCR 28, de 30 de julho de 2024, que regulamenta a atuação de estruturas colegiadas de apoio às atividades de coordenação e revisão da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO a Portaria 5ª CCR 16, de 09 de novembro de 2023, publicada em 14 de novembro de 2024, que instituiu o Grupo de Trabalho ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO por 1 ano, a contar da publicação, ressalvada a possibilidade de prorrogação devidamente fundamentada;

CONSIDERANDO o teor do Ofício 10/2025/MPF/PET/GAB/RSRL (PRM-PET-PE-00000186/2025), no qual o procurador da República Rodolfo Soares Ribeiro Lopes renuncia

à função de membro do Grupo de Trabalho ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO;

CONSIDERANDO a importância de se dar continuidade às atividades do referido grupo, a fim de assegurar que as iniciativas em curso sejam plenamente desenvolvidas e contribuam de maneira efetiva para o aprimoramento da atuação institucional do Ministério Público Federal,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar as atividades do Grupo de Trabalho ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO, instituído pela Portaria 5ª CCR 16, de 09 de novembro de 2023, por 1 ano, com efeitos retroativos a partir de 15 de novembro de 2024.

Art. 2º São atribuições do Grupo de Trabalho ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO:

I - definir processo de trabalho para acompanhamento de projetos de lei e avaliar as propostas legislativas vinculadas à temática da 5ª CCR/MPF sob a ótica da sua constitucionalidade;

II - analisar proposições normativas e legislativas sobre corrupção, improbidade administrativa e outros temas correlatos encaminhadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) ou solicitadas pelo gabinete do(a) Procurador(a)-Geral da República;

III - elaborar propostas de Ação Direta de Inconstitucionalidade, a serem apresentadas ao(à) Procurador(a)-Geral da República, após deliberação colegiada;

IV - atender a demandas relacionadas a acompanhamento legislativo cujas temáticas sejam vinculadas à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Art. 3º O Grupo de Trabalho ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO passará a ter a seguinte composição:

- 1 - TÚLIO FÁVARO BEGGIATO - coordenador (com impacto financeiro);
- 2 - JOSÉ RICARDO TEIXEIRA ALVES - coordenador substituto (com impacto financeiro);
- 3 - LUANA VARGAS MACEDO (sem impacto financeiro).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS

Subprocurador-Geral da República

Coordenador da 5ª CCR/MPF